



Administração voltada para o social



Vitória da democracia

O promotor Oswaldo Trigueiro do Valle Filho toma posse hoje na Procuradoria Geral de Justiça e anuncia metas destinadas a garantir e ampliar conquistas da sociedade



Um novo tempo tem início na Procuradoria Geral de Justiça com a posse de Oswaldo Trigueiro do Valle Filho



Um promotor na PGJ



A UNIÃO

SUPERINTENDÊNCIA DE IMPRENSA E EDITORA
Fundado em 2 de fevereiro de 1893 no governo de Álvaro Machado

BR-101 - Km 3 - CEP 58.082-010 - Distrito Industrial - João Pessoa - Paraíba. PABX: (0xx83) 3218-6500 - FAX: 3218-6510 - Redação: 3218-6511/3218-6512

www.paraiba.pb.gov.br

Superintendente
NELSON COELHO DA SILVA

Diretor de Operações
MILTON FERREIRA DA NÓBREGA

Diretor Técnico
WELLINGTON H. VASCONCELOS DE AGUIAR

Diretor Administrativo
CRISTIANO XAVIER DE LIRA MACHADO

Editor Geral
JOÃO EVANGELISTA

Editor de Cadernos Especiais
WILLIAM COSTA

Reportagem
ANGELO MEDEIROS

Editoração Eletrônica
ULISSES DEMÉTRIO

CONSELHO EDITORIAL

Lena Guimarães, Genésio de Sousa, Nelson Coelho, Wellington Aguiar, Cristiano Machado, Milton Nóbrega, João Evangelista, Linaldo Guedes, Marlene Alves (UEPB), João Pinto (API), Land Seixas (Sind. Jornalistas), Juarez Farias (APL), Luiz Hugo Guimarães (IHGP), Rômulo Polari (UFPB) e Thompsom Mariz (UFCC)



"Uma administração voltada para o social". Com essa frase o promotor Oswaldo Trigueiro do Valle Filho, candidato eleito em primeiro lugar na lista tríplice para a escolha do novo procurador-geral de Justiça da Paraíba, definiu a sua gestão que se inicia a partir desta quinta-feira (27), à frente da Procuradoria Geral de Justiça do Estado. Em entrevista exclusiva ao jornal A União, Oswaldo Trigueiro falou do pleito e traçou metas para sua administração e do trabalho que pretende culminar com a criação de um Ministério Público mais social.

Com a aprovação de seu nome pelo governador do Estado e a publicação da nomeação no Diário Oficial, Oswaldo Trigueiro tornou-se o primeiro promotor público na Paraíba a chegar ao cargo de procurador-geral de Justiça, honra máxima do Ministério Público Estadual. Segundo Oswaldo Trigueiro, apesar de nova por aqui, essa já é uma prática recorrente em todos os estados do país.



A solenidade de posse de Oswaldo Trigueiro do Valle Filho será realizada, hoje, às 18h, no Teatro Paulo Pontes do Espaço Cultural

Durante a entrevista, Oswaldo Trigueiro disse ter encarado a decisão dos colegas do MPE por seu nome com naturalidade. Eleito com a maioria dos votos pela segunda vez consecutiva, sendo que da primeira vez, em 2007, viu a procuradora Janete Ismael, segunda colocada no pleito, ascender ao cargo, Oswaldo Trigueiro foi o escolhido pelo governador do Estado e assumirá o comando do MPE durante o biênio 2009-2011.

Durante a eleição, dos 220 membros do Ministério Público Estadual, 216 compareceram às urnas no último dia 27 de julho e quatro faltaram. Cada promotor e procurador de Justiça tinha direito a três votos. O promotor Oswaldo Trigueiro recebeu 147 votos, o que representou 22,7% dos 648 votos apurados pela Comissão Eleitoral. O segundo mais votado foi o procurador Nélon Lemos, com 113 votos (17,4% do total), um voto a mais do que o promotor de Justiça que também é presidente da Associação Paraibana do Ministério Público (APMP), João Arlindo. Ele recebeu 17,3% dos votos.

Ministério Público Social

Metas de Oswaldo Trigueiro na PGJ contempla áreas como meio ambiente, infância, consumidor, patrimônio público, saúde e educação

"Representar a nossa instituição não é só um sonho, mas eu diria que é um desafio. A gente tem se sentido ao longo deste período na instituição, preparados para o cargo, porque conhecemos um pouco do Ministério Público, da alma do promotor, do que ele precisa e também a gente sente a vocação para uma área que eu quero implementar na instituição, que é chamado Ministério Público Social, voltada para a figura do meio-ambiente, infância, consumidor, patrimônio público, saúde, educação, uma gama de atribuições que poderemos sim, chegar lá e fazer uma coisa diferente", instituiu Oswaldo Trigueiro.

Sobre a confirmação de seu nome pelo governador do Estado, que escolheu e referendou o nome do mais votado como novo Procurador de Justiça do Estado, Oswaldo Trigueiro disse que, mesmo sendo lei, constitucionalmente plausível de que é o Executivo quem deve escolher sobre a lista tríplice do MPE, independentemente de quem fosse o mais votado, ele disse que se sente honrado pela escolha de seu nome. Principalmente porque, segundo ele, o atual governador tem um histórico de decisões democráticas em gestões anteriores, em que sempre se foi escolhido o candidato mais votado.

"Eu não poderia esperar diferente do governador. Até porque, diante do histórico do Ministério Público, ele sempre trouxe uma postura democrática. Em um determinado período de nossa história, ele como governador teve oportunidade de nomear três mandatos e dois deles com o doutor Júlio Paulo Neto, então eleito como o mais votado, e depois a figura de doutor Marcos Navarro, também o mais votado à época. Então diante desse histórico, eu acredito que o governador mantenha essa tradição de optar sempre democraticamente pelo mais votado", frisou.

Com relação ao último pleito para o biênio 2007-2009, em que o então governador da época escolheu a segunda colocada na eleição do MPE, a procuradora Janete Ismael, para o cargo de procuradora geral, mesmo sendo o mais votado, o promotor Oswaldo Trigueiro disse entender a decisão por tratar-se de uma lei garantida constitucionalmente.



Oswaldo Trigueiro do Valle Filho disse que se sente honrado pela escolha de seu nome

▼ O atual governador tem um histórico de decisões democráticas em gestões anteriores, em que sempre se escolheu o mais votado

"Não poderia restar mágoa. Não seria imaturo de entender assim, até porque nós que vivemos no meio jurídico, temos que primeiro respeitar a lei. Mas, é certo que às vezes a gente enxerga nos espaços legais de lei, certas injustiças e uma delas seria essa, mas qual o caminho para se corrigir as injus-

tiças? É de modificar a lei, então a gente tem que trabalhar uma emenda constitucional para que aí sim, possamos ter a independência absoluta", indagou.

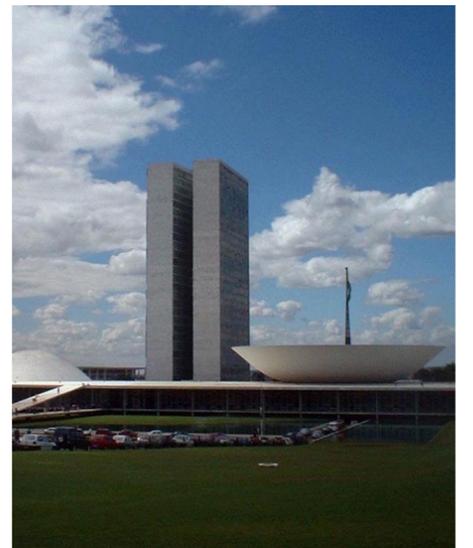
Atualmente, já existe um projeto de lei tramitando no Congresso Nacional que pede uma modificação legislativa na ordem de fazer com que o procurador geral tenha um mandato não de dois anos, permitindo uma recondução, mas de apenas um único mandato de três anos, e a outra é de que o mais votado do Ministério Público possa ser imediatamente o procurador geral sem precisar do crivo do Poder Executivo.

Por fim, o promotor Oswaldo Trigueiro traçou o marco de sua gestão que está por iniciar, a ques-

DEMOCRACIA ▼

Mais votado

Sobre a decisão dos outros candidatos que compõem a lista tríplice, o procurador Nelson Lemos e o promotor João Arlindo, de defenderem a indicação do mais votado como o escolhido para o cargo de procurador geral, o promotor Oswaldo Trigueiro disse que a campanha foi trilhada por gestos e atitudes extraordinárias de vários colegas. Segundo ele, existem vários outros bons candidatos que acabaram por renunciar da candidatura em virtude do projeto de um Ministério Público mais social.



Tramita no Congresso Nacional projeto de lei que pede uma modificação legislativa na ordem de fazer com que o procurador geral tenha um mandato único de três anos

tão social e a resolução de problemas internos que hoje se passa no Ministério Público Estadual.

"É a área de interesses difusos e coletivos, vamos procurar dar ao Ministério Público essa feição de promotor, curador em defesa desses direitos e interesses das pessoas menos favorecidas, porque a gente precisa trazer para a sociedade certo equilíbrio e não só naquela questão de investir em obras de pedra e cal, que são interessantes, a modernidade pede isso, mas a questão é institucional e também outro ponto importante da administração, será justamente a questão institucional interna. Estamos com muitos problemas e eles terão que ser resolvidos internamente pela instituição", frisou.

MP voltado para o social

Meta está centralizada na implantação dos Caops Temáticos, além do resgate da área de curadorias, dando unidade à instituição

Além de trabalhar por uma gestão em prol da construção de um Ministério Público social, o novo procurador-geral de Justiça da Paraíba, Oswaldo Trigueiro do Valle Filho, traçou várias prioridades para a gestão do biênio 2009-2011. O promotor informou que sua gestão terá duas metas principais, uma social e outra funcional. A meta social está centralizada na implantação dos Caops temáticos.

"Nossa prioridade é fazer um Ministério público social. Precisamos resgatar essa área de curadorias, dá uma força efetiva, dá unidade à instituição", afirmou o promotor. Em relação à meta funcional, Oswaldo Trigueiro revelou que está sendo feito um planejamento para modificar a estrutura do MPPB.

Entre as principais mudanças estão a Criação de Caops Temáticos; implantação de uma gestão participativa; valorização dos servidores do MPPB; implantação gradativa de autonomia das promotorias; implementação de programa de Transparência Institucional; instalação do Comitê Gestor do Fundo de Interesses Difusos do MPPB; programa de Intercâmbio Institucional; construção de um novo projeto da Comissão de Acompanhamento dos Inquéritos Policiais do MPPB; relação institucional constante com a Associação Paraibana do MP e com a Fesmip; atuação diferenciada da Comissão de Combate à Improbidade Administrativa e Irresponsabilidade Fiscal; criação da promotoria padrão; melhoria do site institucional na internet e na intranet; implantação do programa de estágio no MP; criação do grupo de apoio ao promotor de Justiça; política de enfrentamento na área da Execução Penal; redirecionamento do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional, através da reativação de cursos de especialização e lançamento da Revista Jurídica on-line, entre outros; mandato único de dois anos; gestão orçamentária participativa.

GESTÃO COM DUAS VERTENTES

De acordo com Oswaldo, sua gestão seguirá duas vertentes na instituição: uma que é do ponto de vista social e a outra que é a reestruturação da Procuradoria Geral de Justiça do Estado. Ainda segundo ele, o modelo atual de administração é um modelo de 12 anos atrás sem que tenha havido uma modificação, herdada da época da primeira gestão de Júlio Paulo Neto à frente do MPE.



Oswaldo Trigueiro diz que nesses próximos dois anos deverá instalar de dois a três Centros Temáticos



O modelo atual de administração é um modelo de doze anos atrás, sem que tenha havido uma modificação, herdada da época da primeira gestão de Júlio Paulo Neto à frente do MPE

ção, nenhum novo modelo de necessidade para as novas realidades da legislação da legalidade", frisou.

"Eu diria que de um lado é preciso repensar a instituição na questão de nós termos 220 membros, e na verdade nós temos ainda 80 vagas. E a grande pergunta que se faz é com quantos membros, o Ministério Público funciona bem na Paraíba? Então temos que fazer esse repensar e discutir com as instituições, com a

sociedade e com o próprio Ministério Público, que será possível fazer essa avaliação. Então nós estamos no caminho certo nessa área."

Na área social a grande modificação que a gente poderá ter, é justamente a modificação dos Centros de Apoios Operacionais (Caops) Temáticos. Hoje o que existe é que cada Caop é regional, um único promotor cuida de todos os temas de João Pessoa a Campina Grande e um único promo-

CURRICULUM

Família e carreira

Filho do jurista e ex-prefeito de João Pessoa, Oswaldo Trigueiro do Valle com D. Lia Trindade do Valle (in memoriam) e irmão de Anna Margarida Trigueiro, Mônica Trigueiro, Oswaldo Trigueiro do Valle Filho, é promotor de Justiça titular da 5ª Promotoria da Fazenda Pública, em João Pessoa. Oswaldo Trigueiro Filho tem 43 anos, é casado com Dona Ana Karina Vasconcelos do Valle, é pai de três filhos: Mariah, Gabriel e Fernando. Concluiu o bacharelado de Direito pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) no ano de 1988. Terminou o curso de especialização em Processo Civil pelo Centro Universitário de João Pessoa (Unipê), em 1995. Em 2001, ele concluiu o curso de Mestrado na área criminal na Universidade de Coimbra, em Portugal. Ingressou no Ministério Público em 1996, em São Bento. Foi removido para a Promotoria de Jacaraú e permaneceu lá por seis anos. Acumulou a Promotoria da Infância e Juventude, do Patrimônio Público, do Cidadão e do Meio Ambiente, em João Pessoa. Ainda na Capital, atuou na 3ª Câmara Cível. Em Campina Grande, foi titular da Promotoria do Patrimônio Público. Foi promovido para a Promotoria do Patrimônio Público em Campina Grande. Foi ainda promotor da Fazenda Pública, curador do Patrimônio Público, da Infância, Cidadania, todos na Capital. Participou da Comissão de Combate à Improbidade Administrativa e Irresponsabilidade Fiscal, foi assessor técnico da Procuradoria-Geral de Justiça e coordenador do 1º Centro de Apoio Operacional às Promotorias (Caop), na Capital. Participou das duas últimas eleições para a Procuradoria-Geral de Justiça, sempre como o mais votado na lista triplíce. Oswaldo Trigueiro Filho é ainda autor das obras "A Ilícitude Da Prova: Teoria Do Testemunho De Ouvir Dizer" (2004) e "Direito Secundário" (2008), este último com a participação em conjunto de vários juristas, ambos pela Editora Revista dos Tribunais. Atualmente ainda desenvolve atividades de professor da disciplina de Direito Penal no Unipê e na Escola Superior do Ministério Público, além de ser coordenador do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais.

tor cuida de todos os temas de Campina Grande a Cajazeiras, então vamos modificar essa realidade. Agora, cada promotor vai ser coordenador de um desses temas, por exemplo, o coordenador do Consumidor irá coordenar a pasta de João Pessoa a Cajazeiras. O que existe hoje é um promotor pegando consumidor, patrimônio público, meio ambiente, entre outras, da Capital a Campina e outro de Campina a Cajazeiras, então essa vai ser a grande modificação, e iremos fazer isso de forma planejada, eu acho que nesses próximos dois anos de gestão a gente deverá instalar de dois a três Centros Temáticos. Vamos ter encontros regionais, vamos eleger quais são os temas da Paraíba, e depois disso, ouvindo a classe é que a gente vai implementar esses projetos".

Equipe toma posse na 6ª feira

Os 24 membros, entre procuradores e promotores, serão empossados no auditório Edigardo Ferreira Soares a partir das 10 horas, na Capital

O procurador-geral de Justiça eleito e nomeado para o biênio 2009-2011, Oswaldo Trigueiro do Valle Filho, anunciou na manhã da última terça-feira (25) os nomes dos promotores e procuradores de Justiça que farão parte de sua equipe administrativa. O anúncio foi feito no novo auditório da Procuradoria Geral de Justiça (PGJ), em João Pessoa. A posse dos 24 membros será realizada na sexta-feira (28), às 10h, no auditório Edigardo Ferreira Soares, na Capital.

Segundo o procurador-geral, a escolha dos nomes foi criteriosa e todas as regiões do Estado foram representadas, uma vez que a equipe é formada por membros que atuam no Sertão, no Cariri e Curimataú, no Brejo e no Litoral. "Buscamos não só a qualificação, como também o perfil, a confiança e, acima de tudo, a atitude para acomodar cada um em seu devido local. Senti de todos o interesse em contribuir e agradeço a cada um que aceitou o convite para compor a administração", disse.

Depois de anunciar a nova equipe, Oswaldo fez a primeira reunião com o grupo e solicitou a todos que comecem a trabalhar, desde já, nos projetos que pretendem desenvolver neste quadrimestre e em 2010. Segundo o procurador-geral, a urgência dos trabalhos se deve ao fato de que a PGJ deve apresentar sua proposta orçamentária à Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado até o dia 14 de setembro. Na próxima segunda-feira (31), às 9h, haverá outra reunião das equipes para discutir o assunto.

O novo secretário-geral do MP, o promotor de Justiça Frederico Coutinho, aproveitou a ocasião para informar que, em setembro, os promotores deverão acumular a nova função administrativa com os trabalhos de sua promotoria de origem. "Pedimos a compreensão e o apoio de todos porque em setembro, cerca de 60 membros estarão afastados de suas funções por motivos de férias e licenças. Pedimos o esforço dos colegas para que permaneçam em sua titularidade, acumulando a função administrativa", justificou.

LINHAS DE ATUAÇÃO

Duas linhas de atuação deverão nortear os trabalhos da nova equipe administrativa: uma institucional e outra social. Para tanto, serão realizados, a partir de outubro, quatro encontros regionais que subsidiarão a criação dos Centros de Apoio Ope-



Subprocurador-Geral de Justiça: Nelson Lemos



Procurador-Geral de Justiça: Oswaldo Trigueiro



Secretário-Geral do MPPB: Frederico Coutinho

SAIBA MAIS

Conheça os promotores e procuradores de Justiça que integram a nova equipe administrativa:

1. Subprocurador-Geral de Justiça: Nelson Antônio Cavalcante Lemos
2. Secretário-Geral do MPPB: Frederico Coutinho
3. Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Ceaf): Alcides Jansen e Vasti Cleia Lopes
4. Coordenador do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de João Pessoa (1º Caop): Ádrio Nobre Leite
5. Coordenador do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Campina Grande (2º Caop): Bertrand de Araújo Asfora
6. Central de Acompanhamento de Inquéritos Policiais de João Pessoa (Caimp): Ricardo José de Medeiros Silva e Anita Bethânia Cavalcanti Mello
7. Central de Acompanhamento de Inquéritos Policiais de Campina Grande (Caimp): Dmitri Nóbrega Amorim e Marcus Antonius da Silva Leite
8. Comissão de Combate à Improbidade Administrativa e à Irresponsabilidade Fiscal (CCIAIF): Carlos Romero Paulo Neto (coord.), Rodrigo Silva Pires de Sá, Francisco Seráfico Filho, Ana Maria França de Oliveira e Ranieri Dantas
9. Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco): Octávio Paulo Neto (coord.), Antônio Barroso e Márcio Gondim
10. Assessoria Técnica: Antônio Hortêncio, Alexandre César Teixeira, José Guilherme Lemos, Lúcio Mendes, Alley Escorel e Amadeus Lopes Ferreira

racional às Promotorias Temáticas, um dos principais projetos da nova gestão. O primeiro encontro será em Cajazeiras; o segundo, em Areia; o terceiro, em Campina Grande e o quarto, em João Pessoa. Os encontros durarão dois dias.

Outras marcas dessa nova gestão

são a descentralização das ações, a integração e a autonomia das equipes para realizar os trabalhos. "Cada setor da administração vai merecer um trabalho de completa autonomia. As únicas coisas importantes a serem traçadas - porque vem de uma base - são as linhas de atuação.

Cada um dentro de seu perfil de trabalho deve procurar interagir com os outros setores. Não devemos e não podemos centralizar as ações. Temos um tempo muito curto e um orçamento já em curso. Otimizando os gastos, teremos o horizonte para cumprir as metas", disse.

"Um valente promotor"

n O desembargador Júlio Paulo Neto, presidente do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), lembra da firme atuação de Oswaldo Trigueiro no MPPB

Muito da experiência de gestão que o novo procurador de Justiça do Estado traz para a gestão do biênio 2009-2011, é do período em que o desembargador e presidente do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba - TRE-PB, Júlio Paulo Neto, esteve à frente do Ministério Público da Paraíba - MPPB. Naquela época, Oswaldo Trigueiro do Valle Filho era promotor de Justiça e compunha a equipe de trabalho do então procurador-geral de Justiça do Estado.

"Eu fico muito feliz em saber que o promotor Oswaldo Trigueiro do Valle Filho vai assumir a Procuradoria Geral de Justiça do Estado da Paraíba. Doutor Oswaldo foi um dos valentes promotores de minha época, enquanto estive à frente do MP, participando inclusive de minha equipe de trabalho. Capacitado como o é, ele hoje está liderando o Ministério Público, com plenas condições de fazer uma administração, que com certeza irá superar a que eu fiz", ressaltou o desembargador Júlio Paulo Neto.

PRIMEIRO PROCURADOR

Júlio Paulo Neto passou 33 anos no Ministério Público da Paraíba. Entrou em 1968, iniciando a carreira na comarca de Jacaraú. Foi o primeiro procurador de Justiça eleito pela categoria, ou seja, pelos próprios promotores e procuradores. Foi reconduzido ao cargo quase que por unanimidade, pois não havia concorrente.

Enquanto esteve à frente do MPPB, Júlio Paulo Neto realizou várias obras e executou projetos que ficaram conhecidos nacionalmente marcando aquele criamos situações, caracterizando a Procuradoria Geral de Justiça da Paraíba como antes e depois das gestões do hoje desembargador.

"Criamos a improbidade administrativa. Construimos os prédios das curadorias por diversos municípios da Paraíba. Foram mais de 20 prédios em diversas cidades mais importantes do Estado. Enfim, é uma administração de fôlego que nós fizemos durante o período que permaneci no Ministério Público", disse.

Ainda sobre as expectativas em torno da gestão de Oswaldo Trigueiro de Melo Filho, primeiro promotor paraibano a figurar à frente da Procuradoria Geral de Justiça do Estado, o desembargador Júlio Paulo Neto, diz que não tem dúvidas com relação à competência do novo procurador assumir um posto tão importante no Poder Judiciário do Estado.



O desembargador Júlio Paulo Neto esteve à frente do MPPB à época em que Oswaldo Trigueiro era promotor

Liderança deve se solidificar em todo o Estado da Paraíba

"Hoje me sinto feliz, por ver a Procuradoria ser dirigida pelo doutor Oswaldo Trigueiro. Um rapaz que se preparou para isso. Com cursos de pós-graduação no exterior, feito em Portugal. Ele foi um dos primeiros promotores de Justiça da Paraíba a sair para fazer cursos de pós-graduação fora do país, ainda quando eu estava como procurador geral de Justiça. É um rapaz novo, capaz e que tenho certeza que vai reunir uma grande equipe de promotores e procuradores valentes e inteligentes. Confio muito em sua administração, e tenho certeza que sua liderança irá cada vez mais se solidificar no Estado", assegurou.

IMPORTÂNCIA DO MP PARA A CIDADANIA DO ESTADO

Com relação ao papel do Ministério Público de garantir a cidadania da sociedade, Júlio Paulo Neto é enfático e diz que somente após a promulgação da Constituição Federal de 1988, foi que o MP se tornasse fosse o grande exemplo de uma instituição forte. "Onde o povo, aqueles descamisados, aqueles que lutam em busca do Direito, podem procurar os promotores de Justiça, que eles darão o conforto moral e o caminho jurídico que eles devem percorrer em busca dos seus direitos".

Mas, segundo Júlio Paulo Neto, não se trata de ser simplesmente o guardião da lei: apesar de incluir o aspecto da legalidade, a missão do Ministério Público vai muito além desse campo. Abrange também a guarda e a promoção da democracia, da cidadania e da justiça e da moralidade. Além disso, cuida dos interesses da sociedade de uma maneira geral, principalmente nos setores mais vulneráveis e mais necessitados de amparo, como as etnias oprimidas, o meio ambiente, o patrimônio público e os direitos humanos, entre outros.

"Então o Ministério Público hoje tem essa amplitude de trabalho e de condições de estar ao lado do povo, e dando condições de assegurar os direitos daqueles que precisam e que necessitam de sua orientação", frisou.

PARCERIA COM O TRE-PB

Sobre as parcerias que o Tribunal Regional Eleitoral irá realizar com o procurador-geral de Justiça no próximo biênio 2009-2011, o desembargador Júlio Paulo Neto é enfático e assegura que o trabalho em conjunto é fundamental, principalmente porque 2010 será um ano eleitoral, e o trabalho se volta principalmente no processo investigativo dos preceitos le-



Segundo o desembargador Júlio Paulo Neto, o MPPB é hoje um parceiro fundamental não só para o TRE, mas também para o Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba

gais e pleno funcionamento administrativo do pleito.

"Precisamos muito do Ministério Público. Porque os promotores de Justiça são os nossos representantes eleitorais nas diversas comarcas do Estado da Paraíba. E o trabalho do Mi-

nistério Público é muito importante nessa parte eleitoral do Estado. Porque são eles que fiscalizam, que orientam a população como devem se portar com relação a denúncias, entre outras questões."

Ainda segundo Júlio Paulo Neto, o

MPPB é hoje um parceiro fundamental não só para o TRE, mas também para o Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba. "O MP é hoje presença essencial para todo o Poder Judiciário do Estado da Paraíba. Sem a ação do Ministério Público, nada anda."

Tribunal de Justiça a

n Luiz Sílvio Ramalho diz que enxerga a Instituição do Ministério Público da Paraíba como uma aliada na função maior de defender os princípios da Administração Pública

Em uma entrevista bastante esclarecedora, o presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba - TJPB, desembargador Luiz Sílvio Ramalho Júnior, falou com exclusividade à reportagem de A União sobre o trabalho que ele vem desempenhando à frente do TJ, dos rumos do Poder Judiciário paraibano, e entre outros assuntos sobre a posse do novo procurador-geral de Justiça, Oswaldo Trigueiro do Vale Filho e das parcerias que pretende implantar junto com o Ministério Público.

Há pouco mais de seis meses à frente da presidência do Tribunal de Justiça, o Luiz Sílvio Ramalho Júnior, destacou vários pontos positivos que a administração vem realizando. De acordo com ele, durante o período foram tomadas diversas medidas, visando aprimorar os trabalhos no âmbito do Poder Judiciário do Estado, tanto na seara administrativa quanto jurisdicional.

No campo administrativo, Luiz Sílvio Ramalho ressaltou a orientação que a presidência vem buscando junto a consultores da Fundação Getúlio Vargas, fazendo com que todas as práticas administrativas estejam sendo precedidas de prévio planejamento estratégico. "Os riscos de erro são diminutos e as possibilidades de êxito são enormes", assegurou o desembargador.

"Estamos, ainda, dando continuidade a práticas administrativas iniciadas na gestão anterior, tais como a conclusão de construção de alguns fóruns, bem como viabilizando a construção de novos fóruns e depósitos judiciais. Ainda no campo administrativo, regulamentamos o plantão judiciário no primeiro e segundo grau de jurisdição e a concessão de verbas indenizatórias aos servidores do Poder Judiciário, estamos treinando servidores e modernizando o setor de transportes", disse.

Foi autorizada ainda a abertura de concurso público para a magistratura. O Tribunal está nomeando também candidatos aprovados no último concurso público para servidor. Foi contratada uma empresa especializada para a realização de processo seletivo para a contratação de estagiários remunerados no âmbito do primeiro e segundo grau de jurisdição. Foram revisados todos os contratos firmados pelo Poder Judiciário, e implementado no setor de informática o plano de trabalho, após diagnóstico realizado pela Secretaria de Tecnologia da Informação do Tribunal de Justiça.



"Já na área jurisdicional, estão sendo realizados mutirões carcerários e esforços concentrados, visando, sobretudo, atender ao comando da chamada Meta 2, estabelecida no planejamento estratégico do Judiciário, que tem a previsão de identificar e julgar todos os processos distribuídos até o final de 2005. Aguardamos, por fim, o resultado da inspeção realizada no Poder Judiciário do Estado pelo Conselho Nacional de Justiça, para, assim, aprimorarmos ainda mais os nossos trabalhos", explicou o desembargador Luiz Sílvio Ramalho.

MINISTÉRIO PÚBLICO COMO ALIADO

O presidente do Tribunal de Justiça do Estado também elogiou a escolha do nome do promotor Oswaldo Trigueiro do Valle Filho, como novo pro-

curador-geral de Justiça do Estado da Paraíba. Para ele, a posse de Oswaldo Trigueiro representa um avanço, dentro do viés democrático em que representou o processo eleitoral do Ministério Público Estadual.

"Vejo como mais um avanço. O Ministério Público demonstrou durante o processo de escolha maturidade e independência, requisitos que denotam não somente o fortalecimento da Instituição, mas, sobretudo, do Estado Democrático de Direito", argumentou.

Ainda segundo Luiz Sílvio Ramalho, o TJ mantém hoje uma excelente relação institucional com a direção do MPPB. Existe muito respeito e independência do Poder Judiciário para com o Ministério Público e vice-versa. "Defendemos e praticamos a legalidade, a moralidade, a publicidade e a consequente transparência dos nossos atos e, por essa razão, enxerga-

mos a Instituição do Ministério Público da Paraíba como uma aliada na função maior de defender os princípios da Administração Pública. E assim, não só o Poder Judiciário e o Ministério Público ganham, mas toda a sociedade paraibana.

DESPACHOS DE PROCESSOS VIRTUAIS

Atualmente o sistema virtual de despacho de processos virtual do Tribunal de Justiça já funciona em 29 unidades judiciárias, sendo que dessas, 21 unidades são juizados especiais; duas são varas das Execuções Penais (VEPs); duas varas da Fazenda; e quatro são varas comuns.

Em março deste ano, a presidência do TJ firmou com o presidente do Superior Tribunal de Justiça, ministro César Asfor Rocha, o programa de virtualiza-

cena com parcerias



Luiz Sílvio Ramalho Júnior, presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba

ção de processos eletrônicos, para que sejam encaminhados àquele Tribunal, em grau de recurso. O Tribunal de Justiça da Paraíba foi o primeiro no país a implantar o respectivo programa.

Já em abril, também foi firmado com o presidente do Supremo Tribunal Federal e também presidente do Conselho Nacional de Justiça, Ministro Gilmar Mendes, Termo de Cooperação Técnica, ocasião em que foi instalado, no Poder Judiciário da Paraíba, o Sistema de Processo Eletrônico na Vara de Execuções Penais (VEP) da Capital.

"Agora em agosto, foi inaugurado o programa de virtualização de processos firmado com o STJ, e já estamos enviando àquele Tribunal os recursos totalmente digitalizados. A nossa proposta é expandir o processo eletrônico (e-jus) para o Tribunal de Justiça e, também, a todas as comarcas do Estado", garantiu o presidente do TJ.

CONTENÇÃO DE DESPESAS

De acordo com o desembargador Luiz Sílvio Ramalho, atualmente a presidência do Tribunal de Justiça tem realizado muitas medidas no sentido de diminuir os gastos públicos durante a gestão.

"Suprimimos gratificação dos servidores que ocupam cargos comissionados no Poder Judiciário, devolvemos uma parcela de servidores requisitados de outros órgãos da Federação, que prestavam serviços no Tribunal de Justiça e em seus órgãos, reorganizamos o setor de transportes, o que redundou na economia com combustível e manutenção de veículos, reestruturamos os almoxarifados, o que nos proporcionou controlar a entrega de materiais permanente e de expediente às diversas comarcas do Estado, além de outras medidas", frisou.

CÓDIGO PENAL ULTRAPASSADO

Segundo o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Luiz Sílvio Ramalho, o Código Penal Brasileiro, inobstante ser dotado de boa técnica legislativa, o que facilita o entendimento e aplicação dos seus institutos, precisa ser reformulado e atualizado. Embora de 1940, a sua última reforma substancial se deu ainda no ano de 1984. Depois, alguns dispositivos, de forma pontuada e tímida, foram alterados, sem que fossem propostas mudanças que venham se ajustar ao avanço da sociedade, principalmente na seara tecnológica.

"Penso que precisamos regulamentar de forma mais precisa os crimes cibernéticos, pois têm sido muitos os ilícitos cometidos por meio da inter-

net. A legislação, nesse campo, tem estado distante dos avanços da tecnologia", opinou.

ÉTICA NA ADVOCACIA

A ética é essencial em qualquer profissão. Na advocacia, ultimamente ela tem sido ela tem sido aclamada e discutida por vários setores da sociedade, dentro e fora dos espaços forenses. Isso certamente se dá não só por força do desconhecimento das pessoas em geral acerca da carreira, como também pela má conduta de alguns advogados.

"Na advocacia, o profissional deve, como em qualquer outra profissão, defender os interesses do seu cliente, sem se distanciar do correto agir, sem deturpar os fatos. Deve debruçar-se sobre os autos e, com responsabilidade, serenidade e competência, defender o direito do mandante, sem alardes nem ostentações. Infelizmente, alguns advogados têm faltado com esse correto agir", argumentou o desembargador Luiz Sílvio Ramalho.

Ainda segundo ele, não se pode olvidar, contudo, que a Ordem dos Advogados do Brasil, instituição séria e comprometida com a democracia e o fortalecimento das instituições do País, têm buscado proclamar a ética na advocacia brasileira.

A PROLIFERAÇÃO DAS FACULDADES DE DIREITO NO PAÍS

Perguntando se a proliferação das faculdades de Direito no país tem prejudica a formação do profissional, o presidente do TJ, desembargador Luiz Sílvio Ramalho, disse que não entendia por esse lado. Para ele, é justamente ao contrário, tem oportunizado a uma maior parcela da população ter acesso a um curso de nível superior. Porque o que importa, ao final, no aumento da formação profissional de jovens e adultos brasileiros, fazendo com que o ganhe com isso.

"A sociedade precisa, contudo, exigir dessas faculdades uma formação responsável e completa. Para tanto, cabe a nós operadores do direito e a sociedade em geral cobrar qualidade e competência das instituições de ensino jurídico. Ademais, a proliferação de faculdades de direito não interfere na formação dos advogados, porquanto existe o exame de ordem, que todos sabemos, exige do candidato conhecimentos especializados, possuindo, pois, um nível elevado de avaliação, o qual acaba funcionando como uma espécie de controle de qualidade dos cursos de Direito", disse.



Da esquerda para a direita, procurador Nelson Lemos, promotor João Arlindo e o terceiro e mais votado componente da lista tríplice, Oswaldo Trigueiro do Valle Filho

Uma atitude democrática

o Governador respeita mais uma vez a vontade da maioria e nomeia Oswaldo Trigueiro do Valle Filho para a Procuradoria Geral de Justiça

Em uma atitude, coesa, nobre e esperada de um gestor público que trabalha e mostra transparência em suas decisões, o governador do Estado acabou por respeitar a escolha da maioria dos promotores e procuradores do Ministério Público Eleitoral e nomeou Oswaldo Trigueiro do Valle Filho como novo procurador-geral de Justiça do Estado da Paraíba. Ele chefiará o MPPB no biênio 2009-2011.

O ato do governador foi publicado no Diário Oficial do último dia 31 de julho. Oswaldo Trigueiro foi o primeiro colocado, com 147 votos, na eleição realizada no último dia 27 de julho. A posse será realizada nesta quinta-feira, dia 27 de agosto.

Após o fim do pleito eleitoral do Ministério Público Estadual (MPE), o governador, falou a respeito dos três membros escolhidos para compor a lista tríplice que definiria o novo pro-



O ato do governador foi publicado no *Diário Oficial* do dia 31 de julho. Oswaldo Trigueiro foi o primeiro colocado, com 147 votos, na eleição realizada no dia 27 de julho. A posse acontece hoje

curador-geral de Justiça. Os mais votados foram o promotor de Justiça Oswaldo Trigueiro, o procurador Nelson Lemos e o promotor João Arlindo. Desde o início, ele afirmou que iria respeitar a vontade da maioria em escolher o primeiro da lista tríplice. "Telefonei aos três para parabenizá-los pela votação e ouvi de todos a mesma palavra de ordem: governador, nós não temos disputas internas, somos democratas e acatamos um princípio democrático do mais votado", destacou.

O governador destacou que este pe-

didado dos três mais votados lhe deixou inteiramente à vontade para efetivamente cumprir um desejo, um objetivo que já tinha manifestado publicamente: o de nomear para chefe do Ministério Público da Paraíba, exatamente o candidato mais votado. Ele enfatizou que, além de ser uma decisão própria do Governo, também é chancelada por aqueles que vão integrar a lista tríplice.

Ainda de acordo com o governador, a eleição não traiu sua expectativa. A chapa vitoriosa é de verdadeiros e au-

tênticos líderes do Ministério Público da Paraíba e garante uma posição extraordinária. "Oswaldo, por exemplo, teve 147 votos, Nelson Lemos 113 votos e João Arlindo 112 votos, o que confirma inteiramente todas as previsões que já se fazia nos meios judiciais do Estado da Paraíba e do próprio Ministério Público, é claro", disse o governador.

Por fim, o governador fez questão de referendar que os representantes do Ministério Público eleitos são pessoas que estão preparadas para a missão que vão desempenhar nesse mandato e lembrou um fato que por si só se impõe a consideração de todos. "Pela primeira vez, em 3 ou 4 escolhas o governador está obedecendo ao princípio democrático de nomear o mais votado e temos certeza que a categoria está chancelando esse apelo porque os próprios candidatos estão também".

Um novo tempo para o MP

o Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, José Mário Porto, considera que gestão de Oswaldo Trigueiro vai dinamizar o Ministério Público da Paraíba

"A Procuradoria de Justiça do Estado marca uma época!". Foi com essa expressão que o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, José Mário Porto, refletiu o sentimento de ver o colega promotor Oswaldo Trigueiro do Valle Filho assumir o cargo de procurador-geral de Justiça do Estado, cargo mais importante do Ministério Público da Paraíba. Segundo ele, a presença de um promotor público à frente do MPPB, representa o início de um novo tempo para o jurisdicionado paraibano.

"Vai assumir nos próximos dias um promotor de Justiça. Coisa que jamais aconteceu na história do Ministério Público paraibano. Realmente é um novo tempo. É uma pessoa jovem que tem tudo para dinamizar mais ainda aquela entidade composta de agentes políticos que servem a sociedade. Espero que doutor Oswaldo Trigueiro do Valle Filho faça uma profícua administração a frente do MP e que desenvolva as ideias que ele propagou em sua campanha. Só quem tem a ganhar é a instituição e a sociedade paraibana", frisou José Mário Porto.

Ainda segundo ele, Oswaldo Trigueiro já demonstra a sua competência antecipadamente, referendada nas duas últimas eleições, onde foi escolhido o mais votado para o cargo. "É efetivamente um jovem talento, detentor do Direito, professor universitário, detentor de cursos no exterior e que vai por em prática todos os seus conhecimentos em favor daquela casa que compõe o tripé do Judiciário paraibano, juntamente com a magistratura e com a advocacia. Que ele tenha muito sucesso nessa administração", disse.

CIDADANIA

Sobre o papel fiscalização e de proteger os princípios e interesses fundamentais coletivos, garantindo assim a cidadania da sociedade, José Mário Porto é incisivo e acredita na bandeira levantada por Oswaldo Trigueiro do Valle Filho, que é de fazer um Ministério Público Social.

"Na hora em que ele abre as portas do Ministério Público para a população, tornando aquele órgão mais acessível, sem dúvida isso é louvável para a sociedade paraibana, e isso é muito importante para todos que fazemos a sociedade civil de nosso Estado. A OAB acha que a parceria com o Ministério Público será ainda maior, se o novo procurador, esse jovem talento, tornar o MP mais acessível e mais aberto a sociedade como tanto almeja", frisou.



José Mário Porto afirma que a sociedade paraibana só tem a ganhar com a administração do novo dirigente do Ministério Público



Oswaldo Trigueiro vai procurar fechar parceria com os demais órgãos do Poder Judiciário, entidades de classe e sociedade civil organizada

PARCERIA COM A OAB

Outra bandeira levantada por Oswaldo Trigueiro, é que sua gestão será também marcada pela parceria com os demais órgãos do Poder Judiciário, entidades de classe e sociedade civil organizada. Segundo José Mário Porto, a parceria poderá ser da melhor forma possível. Mas, é preciso

também que o novo procurador-geral de Justiça assuma, para que a partir daí, se comece a traçar as suas metas e a se firmar os pontos em comum e evoluir em favor da comunidade e da justiça paraibana.

"Isso não será difícil. Mas como a visão já anunciada por ele é de um Ministério Público mais voltado para

o social, eu acho que vai se assemelhar muito ao objetivo que temos aqui na OAB. Porque a OAB não é apenas uma entidade de classe, é uma entidade cidadã, se preocupa muito em defender a sociedade, então eu acho que a gente está correndo em paralelo e em benefício de todos os paraibanos", frisou.



Os componentes da lista tríplex para o Ministério Público - promotores João Arlindo e Oswaldo Trigueiro e o procurador Nelson Lemos comemoram a vitória logo após o resultado das urnas

Primeiro lugar na lista tríplex

■ Oswaldo Trigueiro obteve 147 votos, 22,7%, ficando em segundo o procurador Nelson Lemos, com 17,4%, um voto a mais que o promotor, João Arlindo, 17,3%

Os candidatos que compuseram a lista tríplex para a escolha do novo procurador-geral de Justiça da Paraíba foram o promotor Oswaldo Trigueiro do Valle Filho, o procurador Nelson Antônio Cavalcante Lemos e o promotor João Arlindo Corrêa Neto. Eles foram os mais votados na eleição realizada no último dia 27 de agosto, na nova sede da Procuradoria Geral de Justiça, em João Pessoa.

Dos 220 membros, 216 compareceram às urnas e quatro faltaram. Cada promotor e procurador de Justiça tinha direito a três votos. O promotor Oswaldo Trigueiro recebeu 147 votos, o que representou 22,7% dos 648 votos apurados pela Comissão Eleitoral. O segundo mais votado foi o procurador Nelson Lemos, com 113 votos (17,4% do total), um voto a mais do que o promotor de Justiça que também é presidente da Associação Paraibana do Ministério Público (APMP), João Arlindo. Ele recebeu 17,3% dos votos.

O quarto candidato mais votado foi o promotor de Justiça Cláudio Antô-



Dos 220 membros, 216 compareceram às urnas e quatro faltaram. Cada promotor e procurador de Justiça tinha direito a três votos

nio Cavalcanti, com 100 votos (15,4%), seguido dos procuradores de Justiça José Raimundo de Lima e Antônio de Pádua Torres, que tiveram 64 e 63 votos, respectivamente. Três votos foram nulos (0,5% do total) e 46, em branco (7,1%).

O presidente da Comissão Eleitoral, o subprocurador-geral de Justiça José Roseno Neto, disse que a eleição foi tranquila e que o resultado com os nomes dos candidatos mais votados foi enviado por ofício à atual procuradora-geral de Justiça Janete Ismael para que encaminhasse a lista tríplex para o governador do Estado.

O governador indicou o novo procurador-geral de Justiça, Oswaldo Trigueiro do Valle Filho para coman-

dar o MP durante o biênio 2009-2011. O novo procurador-geral de Justiça será empossado nesta quinta-feira, dia 27 de agosto, em solenidade que acontecerá às 18 horas, no Teatro Paulo Pontes, do Espaço Cultural.

ELEITOS DEFENDEM A INDICAÇÃO DO MAIS VOTADO

Após comemorarem a vitória, os candidatos que compõem a lista tríplex defenderam a indicação do mais votado e falaram sobre algumas das ações que devem ser prioridade do novo procurador-geral de Justiça. "Estou satisfeitiíssimo com a vitória da democracia. É uma amostra inequívoca de que os promotores e procuradores entenderam a nossa proposta.

Vamos torcer pelo mais votado para que ele promova as mudanças necessárias à instituição e que há tanto tempo lutamos por isso", disse o procurador Nelson Lemos.

João Arlindo destacou que sempre defendeu a indicação do candidato mais votado, enquanto presidente da APMP. "Vencemos todos; aqui não há derrotados! Aqui há vencedores porque venceu a democracia!", comemorou.

Para o promotor Oswaldo Trigueiro - o mais votado na eleição -, embora "a questão do mais votado seja importante, há que se ressaltar o respeito à decisão do governador". Para ele, o trabalho social desenvolvido pelo Ministério Público e o fortalecimento das promotorias devem ser as prioridades do novo procurador-geral de Justiça. "A vitória foi bonita e sofrida. Fizemos um trabalho diuturno com os colegas e a receptividade era enorme. Passada essa fase da eleição, não existem vencedores ou vencidos. A gente precisa se unir em torno das questões do Ministério Público", defendeu.



São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional

Garantindo a cidadania

Qualquer indivíduo ou entidade pode encaminhar uma denúncia ao Ministério Público. O contato, inclusive, pode ser anônimo

De acordo com o artigo 127 da Constituição Federativa do Brasil de 1988 (CF/88), o Ministério Público (MP) é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

A principal missão do MP é a defesa dos interesses da sociedade para garantia da cidadania.

Ao Ministério Público cabe: promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei; instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos correlatos; promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos; requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial.

Qualquer pessoa ou entidade pode enviar uma "denúncia" ao Ministério Público. O contato pode ser anônimo, não precisa ser acompanhada de documentos comprobatórios, mas deve ser acompanhada de informações que possibilitem chegar ao autor do delito.

São princípios institucionais do MP a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional. A instituição é assegurada autonomia funcional e administrativa, podendo, observado



O Ministério Público é instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis

o disposto no art. 169, propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira; a lei disporá sobre sua organização e funcionamento.

Conforme o artigo 128 da CF/88, o Ministério Público abrange: o Ministério Público da União (que compreende: o Ministério Público Federal; o Ministério Público do Trabalho; o Ministério Público Militar; o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios); além dos Ministérios Públicos dos Estados.

O Ministério Público da União tem por chefe o procurador-geral da República, nomeado pelo presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida a recondução.

A destituição do procurador-geral da República, por iniciativa do presidente da República, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta do Senado Federal.

Nos estados, os Ministérios Públicos e o do Distrito Federal e Territórios formam uma lista tríplice dentre integrantes da carreira, na forma da lei respectiva, para escolha de seu procurador-geral, que será nomeado pelo chefe do Poder Executivo, para mandato de dois anos, permitida uma recondução. Os procuradores-gerais nos Estados e no Distrito Federal e Territórios poderão ser destituídos por deliberação da maioria absoluta do Poder Legislativo, na forma da lei complementar respectiva.

As leis complementares da União e dos Estados, cuja iniciativa é facultada aos respectivos procuradores-gerais, estabelecerão a organização, as atribuições e o estatuto de cada Ministério Público, observadas, relativamente a seus membros.

Em suas funções institucionais, o MP, procura: promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei; zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia; promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos; promover a ação de inconstitucionalidade ou representação para fins de intervenção da União e dos Estados, nos casos previstos nesta Constituição; defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas; expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los, na forma da lei complementar respectiva; exercer o controle externo da atividade policial, na forma da lei complementar mencionada no artigo anterior; requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, indicados os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais; exercer outras funções que lhe forem conferidas, desde que compatíveis com sua finalidade, sendo-lhe vedada a representação judicial e a consultoria jurídica de entidades públicas.

A voz da experiência

■ Anísio Marinho Neto, primeiro promotor público a assumir uma Procuradoria Geral de Justiça, elogia a eleição de Oswaldo Trigueiro do Valle Filho

Uma das maiores autoridades do Ministério Público do Rio Grande do Norte, o procurador Anísio Marinho Neto, em recente visita a João Pessoa, deu o seu depoimento sobre a posse de Oswaldo Trigueiro do Valle Filho, no cargo de procurador-geral de Justiça da Paraíba. Com a autonomia de ter sido o primeiro promotor público a comandar uma procuradoria-geral de Justiça em toda a região Nordeste, Anísio Marinho Filho ressaltou o momento histórico vivido pela MPPB.

"Primeiro eu gostaria de desejar boa sorte na gestão do colega Oswaldo Trigueiro. Eu diria o seguinte, a integração entre as duas instâncias, com o colégio de procuradores e os promotores de Justiça é fundamental. Temos três princípios vetores: a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional, então o grande desafio do chefe da instituição é que haja uma perfeita sintonia, um entrosamento entre estas duas instâncias, porque o colégio de procuradores tem uma atuação no Tribunal de Justiça e os promotores junto aos juízes. Na hora em que acontece a integração entre as duas unidades, só quem tem a ganhar é a cidadania", orienta.

Anísio Marinho Neto graduou-se em Direito no ano de 1983 na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), advogou por um ano, passou em concurso público para o Ministério Público do Rio Grande do Norte em 1985. Lá passou por todas as instâncias, chegando ao cargo de procurador-geral de Justiça, eleito como o mais votado por dois mandatos, entre os anos de 1997 e 2004. Foi presidente do Conselho Nacional dos Procuradores de Justiça do Brasil que congrega todos os Ministérios Públicos do país, inclusive a nível federal.

Foi também secretário do colégio de procuradores, chefe de gabinete, secretário-geral e atualmente é primeiro procurador de Justiça com atuação na Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte. Também é professor do Curso de Direito da Universidade Potiguar e da Universidade Estácio de Sá. Tem o curso de Mestrado e atualmente é doutorando na Universidade do País Basco, na Espanha, com defesa de tese para 2012.

Anísio Marinho Neto foi também o primeiro promotor público eleito procurador-geral de um Estado, em toda a história do Nordeste. Segundo ele, no ano de 1997, a sua carta proposta foi aceita quase por unanimidade, na eleição daquele colegiado, ele teve 109 votos num universo de 116. Ele foi o mais votado na disputa com três procuradores de Justiça. Tendo a nomeação referendada pelo governador Garibaldi Filho.



Anísio Marinho Neto ressaltou o momento histórico vivido pelo Ministério Público da Paraíba com a eleição de Oswaldo Trigueiro

Primeiro promotor eleito para o cargo em todo o Nordeste

"Eu fui o primeiro promotor eleito para o cargo no Nordeste, isso gerou uma grande expectativa porque até então nenhum promotor tinha sido, e era um desafio enorme, porque se eu decepcionasse, estaríamos fechando uma porta para que os promotores se candidatassem. Mas, no começo de minha administração eu tomei algumas medidas que julgo importantes. Por exemplo: adotei os dois expedientes que não havia; adotei o princípio do promotor natural que era de colocar todos os membros do Ministério Público em seu local de origem. Depois criamos o repasse do duodécimo em dia; criamos o fundo de reaparelhamento do MP. Fizemos ainda uma ação mobilizadora denunciando mais de 120 prefeitos que na época haviam tido dificuldade com erário público, corrupção e desvio de dinheiro," explicou.

Para o procurador Anísio Marinho Neto, o Ministério Público, instituição que foi concebida em 1988, como defensor da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e disponíveis, é de extrema utilidade nos dias de hoje, porque mesmo através dos três poderes constituídos: Judiciário, Executivo e Legislativo, a sociedade detém uma cidadania a que ele considera ainda inconclusa no país.

"Precisamos de melhores condições nas áreas de educação, de saúde, habitação, lazer, cultura, inclusão social, infância e juventude, enfim são áreas que no Brasil não atingiram o nível de satisfação. Exemplo também das investigações criminais, a defesa do erário do patrimônio público, então são muitas áreas que realmente o legislador de 1988 foi muito feliz ao dar ao MP esse poder de colaborar com o crescimento da cidadania brasileira. Algumas pesquisas qualitativas feitas pelo MP apontam que as pessoas já sabem até o que é promotor de Justiça, mas não sabe o que é MP. Então o Ministério Público, abre um leque muito maior de atuação", ressaltou.

Com relação aos desafios que o poder público precisa ultrapassar, Anísio Marinho Neto afirma que o Ministério Público precisa avançar no campo do interesse coletivo. Segundo ele, o país possui questões ambientais muito sérias, além de problemas de inclusão, principalmente do portador de necessidade especial. "Temos que trabalhar na área das minorias, porque ainda existe muita discriminação de cor, sexo, etnia, pensamento, credo, e são áreas que ainda não têm um trabalho muito produtivo. É claro que avançamos em educação, em saúde, na questão do erário público, na moralidade administrativa, no combate a corrupção, mas essas áreas consideradas periféricas são áreas nobres que o Ministério Público precisa atacar", abordou.



O procurador-geral de Justiça, Oswaldo Trigueiro do Valle Filho, cuja posse acontece hoje, tem o respaldo de expoentes da Justiça brasileira

Equilíbrio entre duas classes

Um dos grandes exemplos que o procurador Anísio Marinho Neto procurou exemplificar, e que possivelmente o novo procurador-geral do Estado da Paraíba, Oswaldo Trigueiro, irá encontrar é a relação entre o promotor e o procurador de Justiça, dentro do hemisfério do Ministério Público.

Segundo Anísio Marinho, a relação entre as duas classes deverá ser realizada com arregimentação, treinamento, dedicação, e principalmente não discriminação a qualquer membro da instituição. Para ele, o procurador-geral deve buscar a homogeneidade entre as categorias.

"São desafios enormes, que esse marco que acredito eu, ele vai transformar aqui no Estado da Paraíba, possa abrir perspectiva para fazer esse Ministério Público de ponta aqui no Nordeste brasileiro".



Para o procurador Anísio Marinho Neto, o Ministério Público é de extrema utilidade para o avanço da cidadania

Quando esteve à frente da Procuradoria Geral do Rio Grande do Norte, Anísio ressaltou que não encontrou dificuldade de administrar o colégio de procuradores, que na época eram 11, principalmente porque sua gestão buscou demonstrar sempre o princípio da unidade.

"E o fato de ter um promotor à frente da instituição, não foi demérito

para eles. De qualquer maneira era uma responsabilidade muito grande da classe dos promotores, porque se por acaso não desse certo, poderíamos fechar uma grande porta. É claro que o universo de promotores é bem maior", disse.

Para se ter uma ideia, atualmente no Rio Grande do Norte são 21 procuradores de Justiça e 190 promotores. Para Anísio, é preciso que os promotores tenham essa interação com a segunda instância para que ele não sinta que poderá haver nenhuma quebra de hierarquia. "Isso foi um desafio que conseguimos passar a diante e hoje no Rio Grande do Norte, após minha gestão, não houve mais nenhum caso de procurador eleito. Todos os eleitos foram promotores de Justiça em perfeita harmonia administrativa pelo bem de todos", finalizou.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA PARAÍBA

Missão

"Defender
o povo, a
democracia
e a ética, com
independência
e eficácia,
assegurando
a justiça social."